





DEFENSORIA  
DÍRLICA

AO JUÍZO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA, DE ÓRFÃOS E  
SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE  
CEILÂNDIA/DF

**Distribuição por dependência autos: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

**Fulano de tal**, brasileiro, solteiro, montador, portador do RG nº xxxxxxxx, inscrito no CPF nº xxxxxxxx, filho de **Fulano de tal** e **Fulano de tal**, residente e domiciliado na Qd. xx, LT xx, , Cidade -GO, CEP: xxxxxxxx, telefone (61) xxxxxxxx, e-mail: @gmail.com, vem por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, postular

**CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE CLÁUSULA DE  
ACORDO DE VISITAS C/C PEDIDO BUSCA E APREENSÃO**

Em face **Fulano de tal**, brasileira, portadora do RG nº xxxxxxxxxxxx e inscrita no CPF nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliada na QR xxx, conjunto x, casa x, /DF ou Área Especial xx - Taguatinga, Brasília - DF, CEP: xxxxxxxx (trabalho), telefone (61) xxxxxxxx, demais dados desconhecidos, pelos fatos e fundamentos doravante expostos.

**I - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

O exequente pleiteia que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita, uma vez que não possui condições de arcar com os custos do processo e honorários advocatícios, sem prejuízo de sua subsistência,



## DEFENSORIA DÍRLICA

---

conforme previsão expressa no Artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, e artigo 98, do CPC.

### **II - DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

Nos autos nº **2016.03.1.001907-9**, da 1ª Vara de Família Órfãos e Sucessões de Ceilândia, ficou assegurado ao genitor, ora exequente, que ele teria a filha **FULANA DE TAL**, em sua companhia“ [...] b.1) Em finais de semana alternados, podendo apanhá-los aos sábados às 09h e devolvê-los aos domingos às 18h, sempre na casa materna; b.2) A partir do momento em que a filha ingressar na escola, na primeira metade do período de férias escolares dos anos pares e na segunda metade do período de férias escolares dos anos ímpares, esclarecendo que na primeira metade já estão incluídos os feriados de Natal e Ano Novo”. Consoante sentença em anexo.

Cumpru destacar que não houve recurso e a sentença obteve seu trânsito em julgado em XX/XX/XXXX.

Ocorre que a despeito de ter sido fixada judicialmente as visitas entre o genitor e a infante, o fato é que a executada não permite que o pai exerça regularmente o seu direito.

Nesse ponto, impende salientar que o genitor por diversas vezes compareceu à casa da executada para exercer seu direito de visitas. Sem êxito.



## DEFENSORIA PÚBLICA

---

O relatado ocorre com frequência, posto que há anos o exequente vem sendo impedido de ver regularmente a sua filha. Tal fato, inclusive, deu ensejo ao cumprimento de sentença sob nº XXXXXXXXXXXXX, onde o exequente relata que está sendo impedido de visitar e manter contato com a filha.

Vale registrar que, a Sra. fulana não oferece um motivo plausível para as suas recusas.

Destarte, deve ser mantido, ou melhor dizendo, deve ser cumprido o regime de visitas que assegura o direito da menor e ressalva o interesse paterno de participar da vida da filha, proporcionando o fortalecimento da relação paterno-filial.

A visitação não é apenas uma prerrogativa exclusiva do pai, mas também um direito da própria criança ao contato paterno.

No presente caso está configurada a resistência da executada em não cumprir a decisão judicial de regulamentação de visitas e suas cláusulas.

A executada dificulta e impede o contato do exequente com a filha menor.

Não há qualquer conduta desabonadora que possa ser imputada ao exequente. Ele só pretende ver respeitado o seu direito de visitar a filha.

Dessa forma, para que seja garantido o



## DEFENSORIA DÍRIICA

---

direito de convivência com as crianças, o exequente deseja o cumprimento da sentença que fixou seu direito de visitas.

Passo adiante, tem-se a previsão do artigo 536 e

parágrafos do CPC:

***Artigo 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.***

***§ 1º Para atender ao disposto no caput, o juiz poderá determinar, entre outras medidas, a imposição de multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.***

***§ 2º O mandado de busca e apreensão de pessoas e coisas será cumprido por 2 (dois) oficiais de justiça, observando-se o disposto no art. 846, §§ 1º a 4º, se houver necessidade de arrombamento.***

***§ 3º O executado incidirá nas penas de litigância de má-fé quando injustificadamente descumprir a ordem judicial, sem prejuízo de sua responsabilização por crime de desobediência.***

***§ 4º No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, aplica-se o art. 525, no que couber.***

***§ 5º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao cumprimento de sentença que reconheça deveres de fazer e de não fazer de natureza não obrigacional.***



## DEFENSORIA DÍRLICA

---

Consta a previsão no artigo 536 e seus parágrafos acerca da possibilidade de aplicação de multa, de busca e apreensão, do reconhecimento da litigância de má-fé, da caracterização e responsabilização por crime de desobediência.

Excelência, a busca e apreensão da menor é a única medida capaz de surtir efeito e permitir ao pai o contato com a filha. Portanto, é imprescindível o seu deferimento.

Não obstante, não é viável que a cada 15 dias ocorra a busca e apreensão da menor. E sem essa medida a visitação também não é permitida. A requerida precisa cumprir com os termos da visitação, caracterizada como obrigação de fazer.



## DEFENSORIA DISTRITAL

---

Portanto, para que ela seja compelida a cumprir, de uma vez por todas, com as visitas fixadas judicialmente tem-se por imperiosa, além da busca e apreensão, a aplicação da multa prevista no § 1º, do artigo 536, do CPC.

A jurisprudência já reconheceu a sua aplicabilidade em decorrência do descumprimento da cláusula de visitas. Confira-se:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE  
DIVÓRCIO. DESCUMPRIMENTO  
DE CLÁUSULA  
DE REGULAMENTAÇÃO  
DE VISITAS. COMINAÇÃO DE MULTA.  
POSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.**

**1. Acordando as partes acerca da manutenção da guarda do filho com a genitora, deve-se ser observado o direito de visitas do pai, de forma a resguardar o direito do menor à convivência paterna. 2. Para tanto, pode o magistrado fixar multa para o caso de descumprimento da regulamentação de visita, objetivando dar efetividade à decisão judicial, devendo ser mantida a r. cominação em desfavor da parte que descumpriu injustificadamente a cláusula de regulamentação de visitas firmada judicialmente.**

**3. Recurso conhecido e desprovido. (Acórdão 823293, 20140020127075AGI, Relator: J.J. COSTA CARVALHO, 2ª TURMA CÍVEL, data de julgamento: 24/9/2014, publicado no DJE: 3/10/2014. Pág.: 97)**

**APELAÇÃO CÍVEL. FAMÍLIA. ALTERAÇÃO DE  
GUARDA COMPARTILHADA PARA**



## DEFENSORIA DÍFICA

UNILATERAL.

**REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS.  
FLEXIBILIZAÇÃO EM RAZÃO DO HORÁRIO  
ESCOLAR. PRIMAZIA DO MELHOR INTERESSE  
DA CRIANÇA. APLICAÇÃO DE MULTA POR  
DESCUMPRIMENTO. POSSIBILIDADE.**

**SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1. É  
dever**

*de ambos os genitores o sustento, guarda e educação dos filhos, sendo certo que a contribuição de cada um deverá ser proporcional à capacidade financeira deles, consoante Constituição da República, art. 229 e Código Civil, art. 1.703. Assim sendo, não deve ser majorada a verba alimentar imposta ao genitor correspondente à sua cota de participação financeira para suprir as necessidades da criança, já arbitrada em revisional de alimentos. 2. Constitui decisão extra petita a parte da sentença que determina que as despesas com viagens escolares sejam custeadas pelo genitor, uma vez que a revisão da verba alimentar não foi objeto dos autos. 3. No caso concreto, os horários de recebimento e entrega da menor devem ser flexibilizados de acordo com o turno em que estiver matriculada e o genitor que estiver com a criança ficará responsável por fazê-la comparecer a todas as atividades, conforme sua agenda escolar. Do mesmo modo, salvo recomendação médica para que a menor não se afaste do lar de referência por motivos de saúde, o genitor poderá exercer seu direito de visitas, mesmo que a infante esteja adoentada, devendo-lhe prestar os cuidados necessários, exceto se, em comum acordo, os genitores optarem por solução diversa. Quando a menor não estiver na escola, em razão de férias e/ou feriados, o local de entrega e recebimento será o lar materno, devendo o genitor receber a criança às 10:00 (dez horas) e devolvê-la às 19:30 (dezenove horas e trinta minutos). Todavia, os genitores poderão*





## DEFENSORIA DÍRIICA

---

*convencionar eventuais mudanças, sempre respeitando os interesses da menor. 4. Para evitar as disputas entre o par parental, mostra-se é cabível a imposição da multa diária. 5. Recurso conhecido e*

*parcialmente provido. (Acórdão 1179691, 00107646920168070016,*

*Relator: LEILA ARLANCH, 7ª Turma Cível, data de julgamento: 12/6/2019, publicado no DJE: 25/6/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.)*

***PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. MODIFICAÇÃO DE GUARDA. REGIME DE VISITAS. OITIVA DO MENOR. DESNECESSIDADE. APLICAÇÃO DE MULTA. POSSIBILIDADE.***

***1. Não havendo razão para que o menor seja constrangido a comparecer em Juízo para declarar sua vontade, mormente em se considerando o curto espaço de tempo que o genitor conviverá com seu filho, desnecessária se faz a oitiva da criança. 2.O valor arbitrado para multa não fere os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, tendo sido fixada para dar mais agilidade e força coercitiva à determinação judicial.***

***3. Recurso desprovido. (Acórdão 775415, 20130020290754AGI, Relator: MARIO-ZAM BELMIRO, 3ª TURMA CÍVEL, data de julgamento: 19/3/2014, publicado no DJE: 3/4/2014. Pág.: 56)***

O artigo 213 do Estatuto da Criança e do Adolescente

dispõe:

***Art. 213. Na ação que tenha por objeto o***



## DEFENSORIA DÍFURICA

---

***cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.***

***§ 1º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citando o réu.***

***§ 2º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.***

***§ 3º A multa só será exigível do réu após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado o descumprimento.***

### III- DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

A - os benefícios da justiça gratuita, uma vez que não tem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de sua própria subsistência;

B - a intimação do Ministério Público;

C - a expedição de ordem de busca e apreensão da menor Samantha Hayne Sodré, para que seja cumprido o direito de visitas pactuado entre as partes, observando o Oficial de Justiça que deve contatar o exequente no telefone indicado nos autos, a fim de possibilitar que ele acompanhe as diligências;



## DEFENSORIA DÍRLICA

---

D - a aplicação de multa em face do descumprimento de  
da obrigação;

E - a citação/intimação da executada para que cumpra o  
acordo, nos termos dos artigos 536 e 537, ambos do CPC,  
sob pena de aplicação de multa;

F - a confirmação por sentença, do pedido formulado no item C e D, a fim de ver restabelecido o direito de visitas do autor;

G - a condenação da executada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos ao PRODEF/DPDF, Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do DF, CNPJ 09.396.049/0001-80.

Pretende provar o alegado por todos os meios e provas admitidos.

Dá-se à causa o valor de R\$ x.xxx,xx  
(xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

Nestes termos, pede deferimento.

, em xx de mês de xxxx.

Fulana de tal  
Defensora  
Pública